



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALESÓPOLIS, realizada em 18 de Junho de 2014 – 2º Período da 16ª Legislatura. Aos dezoito dias do mês de Junho do ano dois mil e quatorze, no edifício sede deste Poder Legislativo, realizou-se a Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Salesópolis, sob a presidência do Vereador Francisco Marcelo de Moraes Corrêa e secretariada pelos Vereadores Edney Campos dos Santos e Paulo Arouca Sobreira, 1º e 2º Secretários, respectivamente. Às quinze horas, horário de convocação, o Sr. 2º Secretário procedeu a verificação da presença, constatando-se a presença unânime dos membros desta Casa. Havendo número legal, o **Sr. Presidente** declarou aberta a sessão, convocada na 17ª Sessão Ordinária, com o objetivo específico de ouvir a Sra. Secretária Municipal de Saúde, Sra. KARYN CRISTINA DE MORAIS FONSECA CAMARGO, sobre os motivos elencados no Requerimento Nº 042/14, de autoria do Ver. Benedito Lélis Renó e outros, cuja cópia se encontrava na mesa de cada Vereador. Em seguida, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a leitura da Ata da sessão anterior, ou seja, da 18ª Sessão Ordinária, realizada no dia dezesseis de junho. Neste momento, o **Ver. Cristian Luiz Candelária** requereu a dispensa da leitura, requerimento este que, submetido ao Plenário, foi aprovado por unanimidade, ou seja, onze votos. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu a ata à discussão e votação, sendo a mesma também aprovada por unanimidade, sem preceder manifestação. Ato contínuo, o **SR. PRESIDENTE** solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a leitura do Requerimento Nº 042/14 e, esclareceu que, de acordo com o Artigo 236 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cada Vereador teria cinco minutos para dirigir interpelações à Sra. Secretária, sobre os quesitos constantes no Requerimento Nº 42, sem apartes e, conforme livro de inscrição. Acrescentou que seria facultado reinscrever-se, apenas mais uma vez, para nova interpelação e informou que a Sra. Secretária Municipal de Saúde disporia de dez minutos para responder as interpelações que lhe fossem dirigidas. Acrescentou que os Vereadores poderiam fazer uso da palavra de suas próprias mesas e concluiu solicitando aos mesmos respeitarem a sua vez, para não tumultuar os trabalhos, usando sempre o microfone para bem da gravação desta sessão. Feitos os esclarecimentos, de acordo com o Livro de Inscrição, concedeu a palavra aos Nobres Edis inscritos. O **VER. BENEDITO LÉLIS RENÓ** que iniciou questionando: o número de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, o hospital que está atendendo as gestantes de Salesópolis e se há convênio para isso. Se a tuberculose havia sido erradicada neste município, a que se deve o aumento desta doença e as providências que estão sendo adotadas. Conforme noticiado pela TV Diário, Salesópolis não alcançou sessenta por cento da meta prevista para vacinação da gripe, então, qual o percentual realmente atingido, a que se deve este resultado e, por que não houve divulgação mais ampla. Se para os médicos cubanos, do Programa Federal Mais Médicos, é preciso que funcione o Programa Saúde da Família, se então este programa foi implantado em Salesópolis e se está regularizada a situação destes médicos. Houve algum convênio firmado neste ano, qual e sobre o que. Se houve perda de algum convênio ou verba relacionada à saúde, neste um ano e meio de mandato, se há alguma verba suspensa por ordem econômico-financeira deste município, qual o valor mensal gasto pelo município para aquisição de medicamentos. Diante do grande número de reclamações, especialmente, dos moradores da zona rural, qual o sistema para marcação e realização de exames laboratoriais e se está sendo eficaz. Também diante de reclamações recebidas, qual o critério para os médicos atenderem nos Postos de Saúde, número de pacientes/dia, horas/trabalhadas ou outro critério. Se os Médicos do Estado, que prestam serviço nos



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 2

Postos de Saúde local, cumprem suas cargas-horárias semanais, como é feita a fiscalização, se há livro de ponto ou ponto digital e, em caso negativo, o motivo. Após um ano, qual o resultado da intervenção da Santa Casa, quais empresas estão contratadas para prestar serviço nesta, que especialidades médicas estão disponíveis, qual o valor mensal repassado. Qual o número de natimortos em 2013 e no primeiro semestre de 2014. Qual o número médio de pessoas atendidas, respectivamente, nos Postos de Saúde Central e do Distrito dos Remédios, quais especialistas estão disponíveis, quantos são contratados pelo município e quantos são do Estado e suas respectivas cargas-horárias. Se há servidores de outras Secretarias Municipais ou do Consórcio Três Rios trabalhando na Secretaria de Saúde, qual Secretaria eles oneram, a pasta de origem ou a Saúde. Considerando que o tempo de cinco minutos foi esgotado, o **SR. PRESIDENTE** lembrou o orador que poderia reinscrever-se e, dirigindo-se à Sra. Secretária de Saúde, lembrou-lhe que, de acordo com as normas regimentais, teria dez minutos para responder as interpelações, contudo e diante da quantidade e multiplicidade de questionamentos, adiantou a todos que abriria exceção, autorizando-a estender o tempo, caso necessário. A **SRA. KARYN CRISTINA DE MIRANDA FONSECA CAMARGO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** iniciou reportando-se aos partos, reiterou que, conforme exposto em reunião, nesta Casa de Leis, em que estiveram presentes os Vereadores e membros do Conselho Municipal de Saúde, foi formalizado, com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, que a Santa Casa daquela cidade é a referência para os partos de baixo risco, sendo Guaianazes o referencial para os de alto risco, também já formalizado. Esclareceu que a tuberculose não foi erradicada e que os Médicos, do Programa - Mais Médicos, acostumados a trabalhar com Programas de Saúde, têm feito a busca ativa, detectando-a e tratando. Enfatizou que a tuberculose não foi erradicada tanto em Salesópolis, como no Brasil, acreditando que, pela busca, mais casos serão detectados e tratados, gerando o natural aumento das notificações. Quanto à vacinação da gripe, informou que apenas o município de Guararema atingiu a meta e mais nenhum outro da Região do Alto Tietê. Acredita que a meta de oitenta por cento não foi atingida devido ao baixo número de profissionais de saúde para fazer a vacinação e também gestantes que, acredita-se, seja a resistência destas, orientadas pelos próprios médicos. Acrescentou ainda que, nas campanhas anteriores, qualquer profissional da saúde era vacinado, todavia, neste ano houve nova proposta do Ministério da Saúde, inserindo apenas os profissionais atuantes em centros de grande circulação, excluindo Médicos e Dentistas que atendem em consultórios particulares. Informou que, diante desta nova proposta, foram enviados sessenta por cento das doses necessárias para vacinar cem por cento da população, comprovando que foi contingenciado o número de doses, embora a divulgação tenha sido feita. Lembrou que a campanha ainda não acabou e, recentemente foi aberta aos Professores e demais profissionais da Área de Saúde. Com relação à estratégia de Saúde da Família, lembrou que ao pleitear o Programa Mais Médicos, a princípio, o município não pôde fazer a inscrição por não ter implantado o Programa Estratégia de Saúde da Família e, somente após um mês, reabriu inscrições para municípios com Unidade Básica de Saúde, contudo, assumindo o compromisso de implantar referido programa. Enfatizou que a implantação ainda não foi possível, devido à falta de recurso orçamentário, justificativa esta que será oficializada junto ao Ministério da Saúde, pelo próprio Sr. Prefeito Municipal, em viagem à Brasília, na próxima sexta-feira, quando assumirá compromisso também de incluir no orçamento do próximo ano, possibilitando a implantação. Enfatizou que, muito embora não



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 3

tenha a estratégia implantada, a Secretaria Municipal está trabalhando na lógica da estratégia, haja vista que há cartazes fixados, na Unidade de Saúde, informando o nome do médico e quais bairros atendem, objetivando que a população já se vincule com o médico do seu bairro, evitando resistências quando da implantação. Informou que tais Médicos já estão fazendo visitas domiciliares, na medida do possível, face às dificuldades enfrentadas com relação à transporte. Com relação à marcação e exames, esclareceu que, após o paciente passar pela Unidade de Saúde, se dirige à Secretaria Municipal de Saúde para protocolar o pedido que, mediante priorização médica, é agendado e, em não havendo, usa-se a ordem cronológica. Disse que o agendamento demora cerca de três meses, mas, algumas medidas já foram adotadas e outras foram definidas junto ao Conselho Municipal de Saúde para solucionar a problemática. Explicou que, inicialmente, realizou-se um levantamento, constatando-se diversos pedidos de exames, feitos por médicos diferentes, para uma mesma pessoa, e ainda que, oitenta por cento dos exames são feitos dentro da normalidade. Com tal revelação, a partir da próxima semana, disse que pretende sensibilizar os médicos, mostrando-lhes o baixo orçamento municipal, para que utilizem os poucos recursos somente para os casos necessários, muito embora, lembrou que, dentro do consultório, o médico é soberano. Informou que, paralelamente, tramita um processo de compra de serviço de laboratório, sujeito à mesma questão orçamentária, portanto, também conscientizarão à população que sua falta ao exame, prejudica outros pacientes. Esclareceu que, mesmo telefonando, com uma semana de antecedência, há trinta por cento de absenteísmo, ou seja, de cada dez agendados, três faltam, portanto, um número significativo de falta, cujos pacientes não dão satisfação e depois solicitam novo agendamento. Enfatizou que tais pessoas serão informadas de que a falta injustificada implicará em passar por nova consulta para conseguir novo pedido médico, uma forma de tentar organizar o serviço de laboratório. Quanto ao número de pacientes atendidos, registrou que são, em média, dezesseis pacientes por médico, com exceção dos Médicos da Saúde da Família que, devido à dificuldade inicial de comunicação, decidiu-se que atenderiam oito pacientes agendados e duas demandas livres por período, totalizando vinte pacientes por dia, mais as visitas domiciliares, de acordo com a necessidade, contudo, os demais atendem conforme a especialidade e agilidade. Informou que os Médicos do Estado, conforme acordo de conhecimento de todos, atendem por número de pacientes e não atendem todos os dias, mas, há uma média entre vinte e trinta consultas diárias, e estes médicos assinam folha de ponto nos dias que atendem. Informou que as especialidades são: pequenas cirurgias, cardiologista, otorrinolaringologista, vascular, urologista, entre outros, reiterando que o atendimento é definido por número de pacientes e não por carga horária. Sobre a mortalidade infantil, concordou que o índice é alto, lembrando que, em 2011, teve índice zero e, no ano passado, fechou com dois dígitos, o que é muito ruim. Esclareceu que grande parte deve-se ao fechamento da maternidade e a falta de referência hospitalar, favorecendo o aumento da mortalidade. Informou que, em havendo investimento em equipe, cuja reunião foi realizada, pretendem focar no fortalecimento do pré-natal, exame laboral e amarrar para que um protocolo seja seguido, garantindo consultas de pré-natal e exames em tempo oportuno, fato que não ocorre atualmente. Explicou que sendo feito fora do tempo, deixa de receber recurso, pois, há exames para cada trimestre de gestação e, se o sistema não for alimentado dentro do prazo, perde o recurso financeiro, bem como, se após o nascimento do bebê, a parturiente passar em consulta com o médico ginecologista, ainda o município recebe cinquenta reais por gestante, recurso este que o



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 4

município não está recebendo por não cumprir o protocolo, esperando que, a partir do próximo mês, seja realizado. Enfatizou que, conforme levantamento, há capacidade de absorver, pois, necessita de uma média de duzentas e vinte e cinco consultas/mês e isso já ocorre, portanto, os agendamentos para Pré-Natal serão feitos com a Enfermeira do Posto de Saúde e os demais casos ginecológicos serão encaminhados para a Dra. Magda, que atende apenas ginecologia e não obstetrícia, sendo referência para o Médico de Saúde da Família. Informou que estes estão aptos à atender pediatria, ginecologia e clínica médica, deixando os outros casos de Pré-Natal reservados à ginecologista do município e os demais casos ginecológicos com o clínico geral que, não conseguindo elucidar, os encaminhará ao ginecologista, esclarecendo que, fortalecendo o Pré-Natal, certamente, diminuirá a mortalidade infantil. Quanto aos funcionários do Consórcio Três Rios e de outras Secretarias Municipais atuando na Secretaria Municipal de Saúde, disse que ambos oneram a folha de pagamento desta secretaria. Sobre a Santa Casa de Misericórdia Frederico Ozanan, disse que continua o repasse dos mesmos cento e cinquenta mil reais mensais e conforme consentimento dos Vereadores, em reunião realizada no dia dezessete de abril, pois, até o momento, não há instrumento legal para repasse neste ano, sendo necessário legalizar. Este valor é somado ao recurso do MAC SUS (Assistência Ambulatorial de Média e Alta Complexidade), no valor de cento e oito mil reais, contudo, a partir do próximo mês, será regularizado de acordo com a prestação de serviço, assim o valor será reduzido a cinquenta e cinco mil reais. Lembrou que a Secretaria Municipal de Finanças assumiu o compromisso de realizar um estudo e assim, será feito um repasse no valor de duzentos e três mil reais mensais, que será somado aos cinquenta e cinco mil reais do MAC. Enfatizou que este valor é o possível, não o necessário, haja vista que o custo do Pronto Atendimento é de cerca de trezentos e setenta e seis mil reais mensais, portanto, há um déficit mensal que não pode permanecer. Informou que, após discussões com o Conselho Municipal de Saúde, o Sr. Prefeito Municipal pleiteará a implantação de uma UPA - Unidade de Pronto Atendimento neste município. Lembrou que a UPA – Tipo I, contempla municípios com mais de cinquenta e cinco mil habitantes e, muito embora Salesópolis não se enquadre, há um adendo para os municípios que fazem entre cem e cento e cinquenta atendimentos diários e, nisto, a Santa Casa ultrapassa. Também informou que a inscrição não está aberta, porém, sabe-se que o Ministro da Saúde falou que dezessete municípios pleitearam a UPA e não têm condições de implantar, portanto, serão remanejados para outros municípios e, sabendo disso, tentarão pleitear. O **VER. SÉRGIO DOS SANTOS** disse que, no município de Santa Isabel, tem a UPA, embora não tenha cinquenta mil habitantes, portanto, acredita que será possível Salesópolis batalhar. Em seguida, disse que há muito questiona a falta de medicamentos, como dipirona e AAS, muito embora, em todas as sessões ordinárias, sejam lidos comunicados sobre liberação de recursos para tal fim, portanto, declarou-se indignado pois, aliado à falta de medicamentos, também falta lençol para as macas. Relatou ter sido ofendido por uma pessoa que questionou o que ele, enquanto Vereador, estava fazendo diante da má situação da saúde, que demora seis meses para conseguir um exame de sangue. Lembrou que encontrou-se com a própria Secretaria de Saúde, a quem reclamou dos problemas com a falta de medicamentos, e ela lhe respondeu que ele (o orador) tinha razão, mas, ainda não viu nenhuma melhoria nesta questão, nem quanto aos exames laboratoriais. Acrescentou que, ao buscar um tratamento, para começá-lo, é necessário que o exame seja rápido e não espere seis meses. Por fim, o orador questionou se houve mudança no Posto de Saúde. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, reportando-



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 5

se ao exemplo do município de Santa Isabel, reiterou que Salesópolis pleiteará a UPA, mas, não pode garantir que conseguirá. Quanto aos insumos em geral, medicamento, material de enfermagem, de limpeza e papelaria, disse que está enfrentando bastante problemas devido à falta de recurso financeiro. Quanto aos comunicados sobre verba liberada, esclareceu que, mensalmente, o município recebe quatro mil reais para assistência farmacêutica básica, desconhecendo outros valores. Esclareceu que são liberados, através do recurso da assistência farmacêutica básica, cinco reais por habitante/ano, mas, para atender mandato judicial, entre medicamentos e insumos, são gastos mais de dez mil reais mensais, muitas vezes, de médicos que nem são da rede municipal. Acrescentou que a judicialização da saúde é um dos ralos abertos, porque o município recebe cinquenta mil reais/ano, mas, gasta mais de dez mil reais/mês, portanto, basta esta conta rápida para concluir que não há recurso para atender todas as questões. Quanto aos medicamentos da cesta-básica, que são trinta e seis medicamentos do Programa Dose Certa, são medicamentos que recebe do Governo do Estado, mas, também há problemas com atraso na entrega. Solicitou ao orador que pontue os medicamentos faltantes para que possa levantá-los e verificar os motivos, se licitação, entrega ou outros. Reiterou que o orçamento é de cem mil reais/ano para insumos de modo geral, portanto, um valor bastante baixo. Adiantou que, neste mês de junho e julho, nova situação crítica será enfrentada devido ao sequestro de valores que a Prefeitura Municipal está sofrendo, no montante de setecentos e cinquenta mil reais nestes dois meses, o que agravará ainda mais a falta de recurso, relativo à pendências antigas do FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Sobre os exames, reiterou sobre a sensibilização aos profissionais da saúde, solicitando aos médicos que aceitem exames solicitados por outros médicos, considerando que têm validade de três meses, o que não ocorre atualmente, contudo, reiterou que é sensibilização porque não pode proibir o médico de solicitar. Com relação a permanência nos atrasos dos exames, lembrou que isso ocorre desde agosto do ano passado, pois, até aquela época, a Santa Casa de Mogi das Cruzes atendida os pacientes de Salesópolis, sendo quarenta pacientes por dia, de segunda a sexta-feira. Entretanto, com a mudança de diretoria daquele hospital, fecharam as portas para este e para o município vizinho de Biritiba Mirim, propondo apenas atender o que se refere a PPI – Programação Pactuada Integrada à FPO, no valor de cinco mil reais mensais para exames laboratoriais. Com tal decisão e considerando que o município não tinha contrato com nenhum laboratório os exames ficaram parados, momento em que foram realizados, emergencialmente, com o Laboratório São Benedito, único existente no município, contudo, sem programação orçamentária, e acrescentou que são realizados os exames de acordo com o limite máximo mensal, embora não atenda a demanda. Disse que oitenta por cento dos exames têm resultados normais, o que a fez questionar se realmente são necessárias todas as solicitações e, após o estudo que se constatou o número excessivo de exames iguais para uma mesma pessoa, porém de médicos diferentes, além do alto absentéismo. Lembrou que a Secretaria não dispõe de aporte financeiro para zerar a fila, contudo, decidiu junto ao Conselho Municipal de Saúde, iniciar um teste em que os pacientes que já estão esperando desde dezembro, realizar metade desta fila e outra metade dos que estão entrando agora. Mas, houve uma repercussão muito ruim perante a população, pois, muitos questionavam porque deu entrada no pedido de exame em dezembro não foi atendido, enquanto outra pessoa, que acabara de dar entrada no pedido foi. Diante do fato decidiram voltar atrás dessa decisão e voltando a atender conforme a ordem cronológica, mas, ressaltou que, com a falta de aporte



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 6

financeiro, não há como colocar em dia, portanto, tudo gira em torno do dinheiro que não tem. Por fim, disse que ainda não houve mudança na Diretoria da Saúde, mas, soube que o Marcos Cáfaró sairá da Prefeitura Municipal e assumirá o cargo de Diretor da Santa Casa, e o “Nico” (Antonio Luiz Camargo) assumirá o cargo do Marcos Cáfaró, como Diretor na UBS da área central. O **VER. SÉRGIO DOS SANTOS** retomou lamentando a decisão, diante da falta de dinheiro, certo de que estão dando jeitinho para contratar e assim comprometendo a verba da Área de Saúde que não dispõe de recurso para comprar AAS. Reconheceu que a Secretária não tem culpa e ressaltou que jamais questionaria sua capacidade, parabenizando-a pelas respostas aos questionamentos que lhes são levados, mas, reiterou sua indignação com a falta de recurso para comprar dipirona e ainda assim está contratando Diretor para a área. A **VER^a. SANDRA REGINA DE ASSIS** iniciou dizendo que não tem o intuito de pressioná-la, mas, diante da pressão que os Vereadores sofrem nas ruas por questões de saúde e, para explicar o que ocorre à população, precisam de esclarecimentos. Declarou entender que há falta de recurso como nas demais Secretarias Municipais e, questionou a Secretaria Municipal de Saúde, na sua visão técnica, o que precisa para melhorar, tirando o dinheiro e esquecendo a Prefeitura Municipal e que ocupa cargo de confiança do Prefeito Rafael. Em seguida, disse que sabendo que são utilizados vários carros para transporte de paciente, questionou quais são utilizados, se há carros contratados, qual o recurso gasto para este fim, critério para contratação, se o recurso provém da saúde e se houve licitação. Quanto aos cursos para funcionários da Pasta da Saúde, questionou quais são os critérios na escolha dos funcionários e quais facilidades dispõem para fazer o curso, seus horários de ida e volta. Por fim, questionou quais funcionários dispõem de senha do sistema de agendamento e se ela tinha controle exato de todos os exames agendados, de acordo com a prioridade e ordem cronológica. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, respondendo a questão do que se deve fazer para melhorar, disse acreditar que, primeiramente, será necessário reestruturar o organograma da Secretaria de Saúde Municipal, pois, atualmente, faltam figuras importantíssimas para contribuir de fato. Diante desta falta, disse que a funcionária Maura Almeida, presente na sessão, se desdobra junto com as funcionárias Alessandra e Galdina para, minimamente, conseguir realizar. Esclareceu que faltam funcionários para fazer a parte da gestão propriamente dita, instrumento de gestão, entregar planejamento aos Vereadores que não podem contribuir por desconhecer as necessidades reais, mas, apenas de alguns munícipes. Também registrou a falta de autonomia da decisão e mando para direcionamento dos funcionários, o que é muito difícil na Prefeitura Municipal, fato que reconhece que ocorre nas demais pastas, o que acredita ser de conhecimento de todos, mas, é um fato que prejudica muito o andamento da gestão. Quanto aos carros, informou que a Secretaria de Saúde dispõe de quatro ambulâncias, sendo duas adquiridas no ano passado e duas que já tinham, porque uma terceira está no conserto. Lembrou que a frota é antiga e têm, em média, duzentos mil quilômetros rodados, portanto, são necessárias muitas manutenções, o que é muito ruim, já que, um carro que falta obriga-os a solicitar carro ao Sr. Presidente deste Legislativo Municipal, a fim de atender da melhor forma os pacientes. Ressaltou que o recurso físico é finito, portanto, deve enquadrar e fazer a “escolha de Sofia”, ou seja, vivenciar o drama de decidir por um, deixando o outro sem atendimento, haja vista a impossibilidade de atender cem por cento da demanda. Com relação ao questionamento sobre contratos, disse que há três contratos firmados, sendo um para transportar pacientes de hemodiálise, todas as segundas, quartas e sextas-feiras em



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 7

Mogi das Cruzes, acreditando que a modalidade das licitações sejam a carta-convite. Outro contrato é para atender os pacientes de oncologia, nos mais diversos hospitais, e o terceiro para transportar aos hospitais de referência. Acrescentou que já solicitou novo processo licitatório, porque os atuais foram feitos por três meses, explicando que havia um recurso financeiro, proveniente de emenda parlamentar, para aquisição de van e outra para ambulância, contudo, devido à inadimplência da Prefeitura Municipal, o recurso estava suspenso e estava tentando sua regularização, portanto, obtendo sucesso, seria possível adquirir duas vans e uma ambulância, dispensando assim os referidos contratos. Entretanto, quando a situação foi regularizada, os parlamentares responsáveis pelas emendas, considerando a inadimplência, tinham direcionado-as para outros municípios e Salesópolis perdeu. Informou que, recentemente, foi liberado um recurso de cem mil reais para adquirir uma ambulância e as cotações estão sendo feitas, mas, os novos contratos terão que ser firmados já que os parlamentares não voltaram atrás com relação às emendas. Com relação aos cursos, informou que a definição do funcionário fica a critério de chefe de setor, prezando pelo que tem mais comprometimento e, por outras vezes, por falta de opção. Quanto ao Curso de Regulação de Vagas, disse que ela mesma definiu pelo funcionário "Fróis" que, anteriormente, também foi escolhido o líder da equipe, cabendo-lhe multiplicar as instruções recebidas aos demais membros. Acrescentou que os funcionários da Vigilância Sanitária utilizam-se das duas viaturas do setor, próprias para desenvolver as atividades de vigilância e saúde, enfatizando que referidos veículos são pagos com recurso para este fim e devem ser assim utilizados e, com raras exceções, são utilizados no transporte de pacientes. Os demais funcionários pegam carona com os veículos que transportam pacientes, diante da falta de veículos para atender a administração, lembrando que havia um veículo para o fim administrativo, mas, diante da falta de transporte para paciente, na condição de Secretária de Saúde, ela própria decidiu priorizá-lo para atendimento aos pacientes. Também esclareceu que, conforme Lei Nº 8142, é obrigação disponibilizar recurso orçamentário para capacitação do Conselho Municipal de Saúde, portanto, é importante todos saberem, para defender perante os que reclamarem, que é obrigação capacitar os membros deste conselho. A **Verª. SANDRA REGINA DE ASSIS** questionou se ela quis dizer que, para capacitar o Conselho de Saúde é obrigação, mas, para o funcionário não. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** respondeu que, para capacitar o Conselho não tem alternativa porque, teoricamente, deveria ter orçamento, enquanto para os funcionários, utiliza o recurso conforme disponibilidade. Prosseguindo e respondendo ao questionamento sobre a senha para agendamento de exames, informou que são três os funcionários fixados na regulação de vagas, com acesso ao sistema CROS (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde): Srs. Fróis, Arlete e Rosineide. Acrescentou que há um critério de trabalho, estipulado pela atual gestão, que deve ser seguido, respeitando a priorização médica e não havendo, segue a ordem cronológica. Falou que tenta acompanhar de perto, mas, não tem tempo para acompanhar todos os agendamentos e este não é seu papel, contudo, considera importante que todos saibam que as irregularidades detectadas foram alvos de providência e abertura de sindicância nos rigores da lei, cujos processos estão tramitando, impossibilitando qualquer posicionamento. O **VER. PAULO ROBERTO DE FARIA** questionou se há uma ambulância para atender apenas o Distrito dos Remédios e, se há vagas naquele Posto de Saúde para atender as emergências, ou seja, chegando alguém sem estar agendado, se poderá ser atendido pelo médico. Informou que os munícipes reclamam do atendimento no Posto de Saúde do



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 8

Distrito dos Remédios, questionando se a Secretária de Saúde poderia fazer alguma coisa para melhoria. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** informou que há uma ambulância para o Distrito Nossa Senhora dos Remédios, mas, diante da necessidade de maca, que é bastante, e embora reconheça não ser o mais correto, a utiliza para o transporte de paciente. Considerando que o Distrito dos Remédios é distante do equipamento hospitalar, entende que o ideal seria a ambulância ficar disponível, mas, quando ela é retirada, se adiantam em deixar a Santa Casa de sobreaviso para socorrer um paciente que necessite de remoção. Sobre a vaga de emergência, informou que, atualmente, há um Médico do Programa Saúde da Família que atende naquela unidade que, funciona igualmente no Posto de Saúde central, sendo oito consultas agendas e duas relativas à demanda livre, para atender as urgências. Segundo posicionamento do responsável pela unidade, Enfermeiro Hugo Nepomuceno, referido Médico – Dr. Alain, não tem rejeitado demandas livres emergenciais, questionando o orador se teria algum posicionamento contrário. Acrescentou que antes, não havia médico para o atendimento diário naquele Posto de Saúde, mas, como Programa Mais Médicos, isso foi resolvido, com exceção da sexta-feira, quando os médicos deste programa reservam para estudo. Justificou que tal medida atende o programa que preconiza três dias para atendimento, um dia para visita domiciliar, e um dia para estudo, tudo isso tendo que ser conciliado com os médicos que atendem na área central, para evitar problemas com o único transporte e motorista destes, nas visitas domiciliares. Com relação ao atendimento, enfatizou a necessidade de pontuar, porque não tem como resolver e, muito embora tenham se queixado também junto ao Sr. Prefeito Municipal, inicialmente, decidiram por indicar um responsável administrativo daquela unidade, contudo, este não consegue acompanhar o tempo todo, tais atendimentos. Informou que há Ouvidoria da Saúde e solicitou aos Vereadores que divulguem este serviço à população, para que registrem os problemas, possibilitando a solução. O **VER. PAULO ROBERTO DE FARIA** citou os casos já resolvidos como o de uma senhora que não fazia seus curativos naquela unidade, devido o mau atendimento, bem como outra situação envolvendo o enfermeiro e responsável administrativo – Sr. Hugo. Declarou concordar que nem tudo o que lhes chega é realmente como ocorre, mas, enfatizou a importância de ter alguém supervisionando e, na medida do possível, solicitou à Secretária dispensar mais atenção àquela Unidade Básica. O **VER. MÁRIO BARBOSA PINTO** iniciou dizendo que, praticamente, todas as perguntas tinham sido respondidas, mas, reiterando sobre os exames laboratoriais, questionou a possibilidade da Secretaria Municipal de Saúde telefonar para as pessoas, no dia que antecede os exames, como usualmente é feito nas cidades da região, evitando o absenteísmo. Registrou o caso de um cidadão que, há cinco meses, não consegue realizar o exame, pois, ao chegar ao Posto de Saúde, é informado que não há vaga. Lamentou que este senhor idoso e aposentado, morador do Bairro do Aterrado, tenha pago cinquenta reais pelo serviço de táxi, por cada uma das quatro vezes que veio à cidade, contudo, não lhe foi questionado o caso e, embora tenha respeito por todos os funcionários do setor, julga necessário verificar o caso. Ato contínuo, citou o caso de outro cidadão que não conseguia vaga na Fisioterapia e, após falar com o orador e a família daquele senhor acionar outros dois Vereadores, conseguiram a vaga. Contudo, após agendamento, disse que foi acusado de passar aquele paciente na frente de trinta outros pacientes, sendo seis casos mais graves que o dele. Lamentou o fato, contudo, reconhecendo que a Secretária é uma só para tantos setores desta mesma Secretaria, disse ter tomado conhecimento da



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 9

existência de setores em que os próprios funcionários decidem por seus horários, portanto, questionou por que o relógio de pontos, que evitaria tais fatos, ainda não foi instalado, embora esteja disponível no local. Reportando-se à perda de dois veículos que seriam adquiridos com recurso de emenda parlamentar, informou que um deles é do seu partido. Por fim, quanto à perda de convênio, disse ter tomado conhecimento de que um funcionário deixou seu serviço atrasar desde dezembro passado, portanto, questionou por que demorou cinco meses para perceberem o atraso e, somente, depois colocar outro funcionário para realizar o serviço, bem como questionou se ninguém verifica isso para evitar novas perdas. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referindo-se ao exame laboratorial, disse que é a mesma colocação que já fez, mas, com relação ao senhor idoso que foi quatro vezes ao Posto de Saúde e não conseguiu atendimento, esclareceu que, se o paciente não foi agendado, não adianta estar em jejum para conseguir realizar o exame. Concordou com a necessidade de verificar o que está acontecendo com aquele senhor, mas, se ele mesmo procurasse a Administração da Saúde ou registrasse o caso na Ouvidoria, certamente, o caso teria sido visto, ainda que fosse para ela mesma verificar, atendendo solicitação do Vereador, ao qual faria a devolutiva. Declarou não poder dizer o que aconteceu com este senhor, mas, se foi quatro vezes e não conseguiu fazer o exame sem agendamento, resta-lhe parabenizar o funcionário porque a regra é esta, ou seja, tem que estar agendado. Ressaltou que, algumas vezes, a pessoa não dá entrada no exame, mas, tenta consegui-lo, entretanto, quando agendado, um funcionário contata o paciente, com uma semana de antecedência, e explica o preparo necessário ao exame específico. Enfatizou que neste prazo, é difícil esquecer o exame, especialmente, em se tratando de idoso que é muito mais comprometido com datas, portanto, não são eles os maiores casos de absenteísmo. Acrescentou ainda que não há como telefonar com apenas um dia de antecedência, pois, há preparo de exame que requer mais dias, impossibilitando passar a vaga de um para outro. Sobre a carga horária de funcionários, disse que há profissionais com carga horária de vinte horas, os quais trabalham dois dias por semana, conforme um acordo antigo. Com relação ao relógio de ponto, disse que já conversou com os profissionais do Centro de Fisioterapia e Ambulatório Médico, portanto, ainda está pendente somente na Unidade Básica de Saúde com relação aos dentistas, solicitando-lhes se organizarem, porque sendo instalado referido relógio de ponto, deverão trabalhar dois dias, cumprindo dez horas, ou dois dias de oito horas e um de quatro horas. Reconheceu que esta questão ainda demorará a resolver por depender de equipe para suporte administrativo e de enfermagem, para que a unidade possa funcionar, haja vista que, sem recepção e sem enfermagem não há como um Posto de Saúde funcionar. Acredita que isso será possível com a implantação da Estratégia de Saúde da Família, quando haverá cobertura maior de funcionários administrativos e de enfermagem para contemplar, bem como acertar a questão dos dentistas. Quanto aos demais, tão logo seja instalado o relógio de ponto, será resolvido, contudo, para tal instalação depende de uma pessoa com conhecimento de informática, acrescentando que o funcionário Marcos Torraga está sendo designado para o serviço. Concluiu frisando, não em detrimento de nenhum outro funcionário do setor, que o trabalho desenvolvido, tanto no Centro de Fisioterapia, quanto no Laboratório de Especialidades Médicas, têm bastante resultado positivo. Ressaltou que, diante deste quadro, ela mesma sugeriu ao Sr. Prefeito Municipal liberar os profissionais para trabalharem dez horas, porque são profissionais comprometidos com o paciente, e isto é inquestionável diante do resultado destes dois serviços. Sobre a perda de convênio, disse que não há uma pessoa específica



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 10

para responsabilizar, embora já tenha solicitado apurar a irregularidade e, para tanto, será aberto novo processo de sindicância para apurar as responsabilidades. Informou que já mudou a equipe de faturamento e a equipe nova já conseguiu enviar todos os faturamentos até 2014, acreditando que, até o próximo mês, o faturamento municipal esteja atualizado. O **VER. CRISTIAN LUIZ CANDELÁRIA** questionou se os moradores de Salesópolis podem ser atendidos no Posto de Saúde do Distrito Nossa Senhora dos Remédios e vice-versa. Quanto à informação de que os funcionários do Consórcio Três Rios oneram a folha de pagamento da Secretaria de Saúde, questionou se não são pagos pelo próprio consórcio. Em seguida, questionou se o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, está em funcionamento, em caso negativo, se há previsão para início do funcionamento e, se o município tem condições de mantê-lo. Qual empresa explora a realização de exames laboratoriais, quantidade de exames realizados semanalmente, se algum funcionário da Secretaria de Saúde colhe exame fora da quota semanal realizada pela Clínica São Benedito, se é encaminhado ao Laboratório sem o consentimento desta clínica, e qual o valor pago por cada exame. Reportando-se à Santa Casa local, questionou quantos funcionários trabalham lá e se existe alguma empresa terceirizada que explora os serviços, em caso positivo, qual é a empresa, qual valor pago mensalmente e seu responsável. Também questionou quem é a Diretora Financeira da Saúde e se ela faz jus ao cargo que ocupa e quantos funcionários da Secretaria de Saúde estão fora do setor. Como são pagos os veículos contratados para transportar pacientes de hemodiálise e outros, em caso de serem pagos por quilometragem, solicitou informar quem controla, haja vista informações de que carros que vão para Mogi das Cruzes, fazem mais quilômetros do que os carros que viajam para São Paulo. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** iniciou esclarecendo que, diante da implantação da Estratégia de Saúde da Família, os moradores da área central devem ser atendidos no Posto da área central e, os do Distrito Nossa Senhora dos Remédios, no Posto daquela localidade. Porém, há especialidades que não atendem naquele distrito, sendo os pacientes de lá atendidos na Unidade Básica central. Enfatizou que o atendimento à gestante será regularizado, as moradoras do Distrito serão atendidas naquela UBS e as da área central na UBS central, sendo que ambos contarão com ginecologista, enfatizando que cabe à Secretaria de Saúde garantir a qualidade do serviço em ambas unidades, independentemente do profissional. Adiantou que os Vereadores receberão reclamações acerca desta decisão, contudo, justificou que objetiva à gestante fazer o pré-natal com o mesmo profissional do início ao fim, ressaltando que, ao município, cabe garantir o acesso ao serviço, não a um profissional específico. Informou que há uma única exceção, relativa a um paciente portador de necessidades especiais, cuja Pediatra que o atendia foi transferida de UBS, mas, seguindo orientação de outros médicos, disse que, na condição de Secretária Municipal de Saúde, elaborou um documento autorizando a continuidade do tratamento pela médica que já conhecia o caso desde o nascimento, documento este que foi enviado para arquivo junto ao prontuário do menor paciente, nos demais casos e considerando que a oferta da área central é maior, os pacientes passam no Posto de Saúde mais próximo da sua residência. Sobre o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, informou que, no dia anterior a esta sessão, foi finalizada a mudança do serviço de saúde mental para nova sede. Esclareceu que é um serviço que começará a se estruturar, contando com um terapeuta ocupacional para trabalhar com pacientes de saúde mental, além dos serviços de psicologia e psiquiatria, mas, por enquanto, não será possível habilitar como CAPS, para o qual será necessário contratar outros profissionais, como



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 11

enfermeiro, por exemplo, contudo, devido ao limite da folha de pagamento isso não será possível. Acrescentou ainda que, com a implantação da Estratégia de Saúde da Família, será obrigada a contratar um enfermeiro, para uma carga horária de quarenta horas e, com isso, os atuais enfermeiros, com carga horária de vinte horas, poderão ser absorvidos em outros serviços, como no CAPS. Lembrou que ainda serão necessários o técnico de enfermagem, e mais três profissionais de nível superior, como psicólogo, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta. Ressaltou que o serviço de saúde mental está entrando em funcionamento, porém, não credenciado como CAPS, embora já esteja em ambiente mais adequado, sem cruzar fluxo e oferecendo atendimento específico ao paciente de saúde mental. Sobre os exames de sangue, informou que são realizados pela Empresa São Benedito, com sede neste município, com quota de dez exames por dia, totalizando quarenta paciente semanais, divididos em três dias semanais para a área central e um dia para o Distrito dos Remédios. Declarou não conseguir precisar o número de exames, pois, depende do número de exames por guia, contudo, garantiu que fica em torno de dez a doze exames por paciente, informando que paga, por exame, o valor definido na tabela SUS, disponível na internet. Considerando que não tem contrato, gasta oito mil reais mensais com tais exames, para este serviço emergencial. Esclareceu que, além dos dez exames por dia, devido a um caso emergencial, seja atendendo o Programa de Estratégia da Família, de Tuberculose ou outro, é feita uma autorização, assinada pela própria Secretária, para que ocorra o encaixe junto ao laboratório, que não aceita sem tal autorização. Ainda sobre o laboratório, esclareceu que pretende conversar com o representante sobre os constantes erros em que os pacientes são cadastrados com o nome da mãe, dificultando a retirada do exame, erro identificado que será resolvido e que gera outras dúvidas ao paciente. Com relação à Santa Casa, informou que, embora esteja sob intervenção, é uma entidade privada e contrata uma empresa, que venceu a cotação pelo menor valor. Embora não lembre o nome da empresa, sabe que seu representante legal é o Dr. Humberto Harada, e que a empresa foi contratada para manter os médicos do Pronto Socorro e Diretoria Clínica da Santa Casa, cujo valor pago, mensalmente, gira em torno de cento e quarenta e dois mil reais, incluindo encargos financeiros. Acrescentou que é de um mil reais o valor do plantão médico, e que já está incluso neste contrato o atendimento nos feriados prolongados, com maior aporte de médicos, cujo valor é incluso e diluído no valor total, evitando que a Municipalidade dê aporte financeiro em momentos oportunos. Informou que, atualmente, a Dra. Mariana ocupa o cargo de Diretora Financeira, mas, exerce a função de Diretora de Vigilância em Saúde, que é imprescindível para o funcionamento de uma Secretaria de Saúde, junto com as também imprescindíveis Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria em Saúde, portanto, não há Diretor Financeiro da Saúde. Quanto aos dois veículos contratados, informou que dois veículos são pagos por quilometragem, os já citados para oncologia e hospitais de referência. Esclareceu que os representantes da empresa apresentam uma planilha diária sobre os locais que foram e a quilometragem do dia, mediante a qual recebem pelo serviço, acrescentando que, antes de firmar o contrato, foi feito o itinerário e tirada a média da quilometragem para definição, considerando que muitos pacientes são buscados em pontos estratégicos nos bairros, sendo impossível precisar tal quilometragem. Sobre o carro que leva pacientes para hemodiálise em Mogi das Cruzes, informou que o contrato foi firmado por número de viagens e um valor fechado, mas, há acompanhamento do número de viagens contratadas, estipulado em doze por mês. Contudo, esclareceu que será firmado novo contrato, que não será por número de viagens,



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 12

evitando ocorrer de precisar mais viagens e não poder atender devido à definição de apenas doze viagens. Quanto aos funcionários do Consórcio Três Rios, esclareceu que os funcionários são pagos pelo consórcio, mas, há rateio entre as Secretarias para ressarcir o consórcio, conforme o número de funcionários por pasta. Acrescentou que o contrato é único, mas o valor total pago é rateado pelas pastas, esclarecendo que os funcionários contratados pelo Consórcio Três Rios são designados para limpeza e serviço administrativo, distribuídos entre as Secretarias Municipais, previsto no orçamento municipal como serviço de terceiros – pessoa jurídica. A **VERª. DEISE APARECIDA CORRÊA DUQUE** questionou por que, diante do atraso dos exames laboratoriais, não há uma parceria com a própria Santa Casa de Misericórdia Frederico Ozanan, que conta com laboratório e profissional. Também referiu-se aos especialistas, dizendo que se o médico atingiu sua meta do dia, ainda que haja um caso emergencial, não ultrapassa a meta, porque não se define uma quota igual para todos os médicos, seja vinte, vinte e cinco ou trinta. Sugeriu ainda expor uma listagem dos pacientes, evitando que os funcionários não sejam responsabilizados pela falta de vaga ou divergência entre as ordens da Secretaria Municipal de Saúde e dos médicos. Quanto aos médicos cubanos, que atendem pediatria, ginecologia e clínica médica, questionou se eles não podem suprir a demanda, ajudando no atendimento de pediatria no Posto de Saúde. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** reportou-se ao Laboratório da Santa Casa local e, embora o interventor – Sr. Rodrigo tenha se colocado à disposição, constatou-se que aquele laboratório realiza apenas exames básicos, não a maioria, que é de hormônio e imuno, portanto, atenderia parcialmente a necessidade dos pacientes. Contudo, informou que, já estão dando suporte no Programa de Saúde da Família, realizando exames de urina e hemograma. Comentou que, devido os equipamentos serem antigos, não consegue absorver toda demanda destes exames, pois, sendo sobrecarregados, referidos equipamentos podem apresentar problemas e prejudicar, até mesmo, o laboratório de urgência. Sendo assim, na ânsia de resolver os problemas de rotina, cria outro problema, ressantando que tal aparelho custa em torno de oitenta mil reais, recurso que não existe, mas, se futuramente a Santa Casa conseguir recurso para estruturar seu laboratório, o município poderá comprar os serviços, ao invés de contratar outro laboratório, otimizando o recurso dentro do próprio município. Sobre o número de pacientes por especialistas, disse que não pode definir porque cada uma tem sua complexidade, contudo, há uma quantidade preconizada pela OMS – Organização Mundial de Saúde, de que uma consulta médica deve durar, em média, quinze minutos, sendo dezesseis consultas por período. Reconheceu que há médicos mais e menos ágeis e, embora a Secretaria defina uma média, ele pode alegar que seguirá a quantidade preconizada de dezesseis pacientes e, se for definida uma quantidade, os que atendem vinte e cinco terão que reduzir, pois, a definição deve seguir a OMS. Com relação à mencionada vaga do dia, lembrou que para especialista a demanda é programada, se ocorrer trata-se de direcionamento e não necessidade, portanto, não deveria existir. Citou como exemplo o Dr. Carlos Chrisman, cuja demanda é bastante grande, mas, conforme acordado com ele, se for um paciente dele solicitando exceção, ele mesmo analisará o caso e, no final de todas as consultas, se julgar necessário, o atenderá, portanto, não é um critério da recepção, mas, do próprio médico. Enfatizou que, em se tratando de urgência, o paciente deve se recorrer do Pronto Socorro da Santa Casa e não do Posto de Saúde. Relatou um problema ocorrido em ginecologia, comentando que os funcionários responsáveis pelo agendamento na Secretaria Municipal de Saúde, sentiam-se



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 13

constrangidos em perguntar se a paciente estava gestante, contudo, foram agendadas pacientes para a Dra. Magda, que não atende gestante e, para evitar tal problema, foi afixado um cartaz informando sobre este caso da referida médica. Quanto ao médico cubano atender apenas Pediatria, esclareceu que não poderia direcionar demanda, pois a lógica da Estratégia de Saúde da Família é que o médico tenha uma população para atender, independente do caso e, caso o faça, será motivo de perder o médico. Considerou positivo ao saber que o Governo Cubano avalizou para que referidos médicos do Programa Mais Médicos possam dar plantões nos Hospitais e Pronto Atendimento, nos finais de semana e durante à noite. Concluiu informando que, caso isso realmente seja efetivado, será melhor para todos, porque eles querem, mas, atualmente não podem e, pode ser causa de perde-los. O **VER. PAULO AROUCA SOBREIRA**, referindo-se à definição de hospital de referência para as gestantes de Salesópolis, questionou se o deslocamento delas é feito pelo município, independente da hora, e se o é por ambulância ou outro carro do município, por qual profissional estão sendo tratados os casos de hanseníase. Lembrando que, em uma das reuniões com a Sra. Secretária de Saúde, foi comentada a questão de informatização do Posto de Saúde, questionou se foi feito e, caso contrário, por que e se tem custo. Devido à demanda de gestantes, questionou quantos profissionais o município dispõe na especialidade de ginecologia e se é possível fazer um mutirão para normalizar o atendimento. Se a falta de levantamento advém do mau levantamento feito pelo profissional que deve posicionar sobre gasto, custo e quantidade de medicamentos necessários. Considerando o valor de oito mil reais para pagar exames laboratoriais, questionou se, ao longo dos anos, não seria suficiente para equipar o Laboratório da Santa Casa de Misericórdia Frederico Ozanan, para tornar o município autossuficiente e se não há interesse da empresa contratada para prestar serviço de incluir tais exames no pacote. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** referindo-se às gestantes, disse que, atualmente, com o fluxo estabelecido, está definido que a Santa Casa local deve fazer o deslocamento para a Santa Casa de Mogi das Cruzes, evitando que a gestante tenha que ir até a esquina para acionar a ambulância do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Concordou com o orador acerca da importância de divulgar que o atendimento está disponível, reconhecendo uma falha não divulgar o que se consegue de positivo à população. Sobre a hanseníase, informou que havia um caso em tratamento, neste município, portanto, não há seguimento, mas, se propôs a levantar. Adiantou que também não é doença erradicada e, certamente, os médicos cubanos notificarão com a busca. Sobre a informatização, disse que ainda não foi feita, mas, acredita que, com dois recursos financeiros recebidos, sendo dois do Deputado Federal Ricardo Izar, um de noventa mil reais e outro de cem mil reais, e um recurso de duzentos e cinquenta mil reais de Emenda Parlamentar apresentada pela Deputada Federal Janete Pietá, acredita que conseguirá equipar as Unidades Básicas da Área Central e do Distrito dos Remédios. Registrou que já saiu o recurso financeiro para equipar a UBS do Distrito Nossa Senhora dos Remédios, no valor de noventa mil reais, cujo orçamento será iniciado para licitar. Também disse saber que o recurso da Deputada Janete e outro do Deputado Ricardo estão certos para o Posto da Área Central. Registrou que a Deputada Janete divulgou, no Distrito dos Remédios, que indicou o valor para aquisição de um aparelho de ultrassonografia e autoclave, porém, o Ministério da Saúde, dispõe de uma cartilha constando o que pode ser adquirido e referidos equipamentos não são autorizados para Unidades Básicas de Saúde. Disponibilizou a lista dos itens adquiridos com o recurso, dentro dos equipamentos possíveis de aquisição,



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 14

citando a compra de um aparelho de ar condicionado que, embora não seja prioridade, é uma necessidade técnica, enfatizando que, se não fosse adquirido, o recurso seria devolvido. Com o recurso de duzentos e cinquenta mil reais, disse que será adquirida uma caminhonete 4x4, para facilitar o acesso à zona rural das visitas domiciliares. Enfatizou que tais colocações estão sendo feitas para que os Vereadores respondam aos questionamentos de munícipes, que não entenderão porque não foi adquirido um carro modelo Gol, quando devem esclarecer que havia o recurso e será útil em algum momento, incluindo a informatização, junto com vários computadores. Acrescentou ainda que a Secretaria de Tecnologia da Informação de um município desenvolveu um sistema e o Prefeito Municipal conseguiu a liberação desse para Salesópolis, contudo, haviam requisitos técnicos para que o sistema entre em funcionamento, e os computadores novos possibilitarão tal instalação. O **Ver. PAULO AROUCA SOBREIRA** acrescentou que, com tal informatização, os exames solicitados por diversos médicos sejam definidos por um só. Retomando, a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** acrescentou que, colocando um nome no sistema, aparecerá todos os médicos que o paciente passou e, entrando no sistema do laboratório, constará as solicitações de exames, os profissionais que solicitaram e data da entrada para conseguir juntar e economizar, otimizando o recurso. Quanto ao número de ginecologistas, informou que são três profissionais, o Dr. Roberto Branco atendendo no Distrito dos Remédios e ainda ele e o Dr. Gilberto Lozano atendendo na Área Central. Disse que, ao implantar o pré-natal de fato, estes três profissionais conseguem absorver a demanda com qualidade, desde que organizada. Esclareceu que, ao detectar a gravidez, a enfermagem solicitará todos os exames e, conforme o resultado, já solicitará o primeiro ultrassom obstétrico e, estando pronto, nem entrega ao paciente, mas, agenda consulta com o médico e, a partir desta, as demais também serão agendadas até a trigésima semana e a partir desta dependerá de cada caso. Também esclareceu que a compra de medicamento é dimensionada com base no consumo do ano anterior e, quanto aos medicamentos pontuais, segundo informações, não foi comprada a totalidade devido ao escasso recurso financeiro, bem como não foram incluídos os medicamentos do Programa Dose Certa. Comentou que atualmente, usa-se a modalidade Ata de Registro de Preços porque não compromete o recurso, favorecendo a forma de aquisição, além de possibilitar o registro daqueles que são liberados pela Secretaria de Estado da Saúde, mas, atualmente, isso é impossível, obrigando-se a esperar o processo licitatório que demora, no mínimo três meses. Registrou os casos de medicamentos que atendem a Mandato Judicial, para os quais foi aberta a Ata, mas, no dia do pregão, não apareceu ninguém, sendo necessário reiniciar todo processo licitatório. Lembrou ainda a dificuldade enfrentada por este município com relação ao desinteresse de empresas em participar desses processos e, para isso, há possibilidade de fazer uma Ata para o Estado, evitando tais problemas para os municípios pequenos. Quanto ao Laboratório da Santa Casa local, informou que não dá para embutir seu custo, pois, o objetivo da subvenção não é laboratório de rotina, mas, o Pronto Socorro, que é obrigação da administração pública. Contudo, sendo a Santa Casa uma entidade privada, o município subvenciona o Pronto Atendimento, contudo, é possível contratar o serviço de laboratório, se houver recurso. O **VER. PAULO AROUCA SOBREIRA** também solicitou à Secretária enviar um orçamento do custo para manter um Laboratório, em que seja realizado todo tipo de exame, enviando-o aos Vereadores para buscarem recursos junto aos seus deputados. Retomando, novamente, a **SRA. SECRETÁRIA DE SAÚDE** se comprometeu a procurar alguém que tenha conhecimento no



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 15

ramo para fazer tal estudo, contudo, adiantou que proporá duas situações, uma para comprar os equipamentos e outra para comodato, que é mais usual atualmente, evitando que, ao adquirir o equipamento, o equipamento fique ultrapassado, em dois anos, e seja necessária nova aquisição. O **SR. PRESIDENTE** esclareceu que, conforme consta no Regimento Interno, os Vereadores teriam mais cinco minutos para novas interpelações. Solicitou-lhes que não fizessem as mesmas perguntas várias vezes, evitando que a Secretária tenha que responder sempre o mesmo questionamento. Em seguida, concedeu a palavra aos Nobres Edis reinscritos. O **VER. BENEDITO LÉLIS RENÓ**, reportando-se à mortalidade infantil, disse à Secretária que ao respondê-lo anteriormente, mencionou que o índice de 2011 foi zero, em 2013 teve dois dígitos, portanto, gostaria de saber quais são os dois dígitos. Sobre a Farmácia Popular, um Projeto do Governo Federal que fornece vários medicamentos, questionou se a Secretaria Municipal de Saúde não poderia realizar uma reunião com os proprietários de farmácia, propondo-lhes, no objetivo de economizar, não mais comprar os mesmos medicamentos e direcionar os pacientes para estas farmácias. Com relação aos repasses para a Santa Casa, questionou se são efetuados para ela mesma ou para a empresa que a administra, pois, quer saber se a Prefeitura Municipal pode continuar repassando recurso diante das inadimplências daquele hospital. Por fim, questionou se a Secretaria Municipal de Saúde firmou algum convênio. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** declarou não ter certeza quanto aos dois dígitos mencionados acerca da mortalidade infantil, em 2013, mas, acredita seja um índice de vinte e dois, o que considerou muito ruim. Acrescentou que se preconiza que a taxa não ultrapasse um dígito, ou seja, o índice nove, que também considerou bastante. Falou que a mortalidade infantil é um indicador muito utilizado para observar as condições do município, contudo, uma taxa cruel para os pequenos municípios, pois, ao analisar quantas crianças morreram, de zero a um ano, é incluso os casos de anencéfalo, que independe do nível de assistência, entretanto, há os casos que se relacionam com a falta de eficiência, portanto, basta um óbito em municípios que há poucos nascimentos, para a taxa refletir consideravelmente. O **VER. BENEDITO LÉLIS** solicitou que lhe fosse passado o índice, oficialmente. A **SRA. SECRETÁRIA DE SAÚDE** assumiu o compromisso, contudo, lembrou que todos interessados podem acessar a página Secretaria Estadual de Saúde, na internet, seja pelo SEADS ou DATASUS, onde poderão encontrar toda série histórica, seja por município, região ou estado, pois, não se trata de dado sigiloso, sendo importante que os Vereadores conheçam os indicadores da saúde e das demais áreas do município. Quanto à Farmácia Popular, declarou que cabe ao município facultar ao paciente que, se quiser, pode pegar o medicamento na referida farmácia, mas, não há como obrigá-lo a não retirar na Unidade Básica de Saúde. Acrescentou que, em existindo o programa, os medicamentos gratuitos disponíveis na Farmácia Popular não deveriam integrar a cesta básica de medicamentos do Estado ou do Governo Federal, mas, não é o que acontece e, se não tiver disponível nas referidas farmácias, o paciente tem que ter disponível nas UBS. Enfatizou que cabe ao Governo Federal definir e a Farmácia Popular deve dar conta da demanda. O **VER. BENEDITO LÉLIS** falou que a questão não é impedir, mas, esclarecer a população, pois, muitos desconhecem da disponibilidade nas Farmácias Populares e, conhecendo, diminuirá a retirada nos Postos de Saúde e, por consequência, diminuirá compra e o município economizará. A **SRA. SECRETÁRIA DE SAÚDE**, enquanto Gestora da Saúde no Município, reconheceu que pode ser desta forma, mas, garantiu que as funcionárias da saúde divulgam a existência do medicamento nas Farmácias Populares, reiterando que a



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 16

definição deve partir do Governo Federal. Alertou ainda que, se as UBS's adquirem o medicamento e tendo-o no estoque, se não forem retirados, o remédio deve ir para o lixo, contudo, para descarte correto, custa cinco reais o quilo de medicamento, caso que também ocorre com amostra grátis e motivo pelo qual distribuem-nas, evitando o custo do descarte. Concluiu enfatizando que a doação de amostras grátis é ruim para o município, mas, se rejeitar, certamente, a população não entenderá e a criticará pela decisão, embora o correto e técnico é não aceitar. O **VER. BENEDITO LÉLIS** enfatizou considerar grande a diferença entre amostra grátis e medicamento distribuído pelos Governos Estadual e Federal, contudo, se a Secretaria não tem recurso, faz a sugestão para economizar. A **SRA. SECRETÁRIA DE SAÚDE** acrescentou que, pensando em economia, não pode agir inconstitucionalmente, lembrando que saúde é direito de todos e dever do Estado. Lembrou que é nisto que a Juíza se baseia para expedir Mandatos Judiciais, portanto, ao não facultar o medicamento nas UBS's, terá que responder judicialmente, reiterando a necessidade de ser uma política maior, cuja ordem advenha do Estado ou da Federação para o município. Neste momento, a campanha de controle do tempo foi acionada, e o **SR. PRESIDENTE** disse que todos estavam reunidos há mais de três horas, portanto, daria apenas mais um minuto, tanto para o Vereador quanto para a Sra. Secretária Municipal de Saúde, para que concluíssem a discussão. O **VER. BENEDITO LÉLIS** ressaltou que a questão proposta não era de burlar a lei, mas, usar de criatividade para que as pessoas tenham mais conhecimento. Acrescentou que, embora veja que os funcionários informam, há poucas pessoas que conhecem tal benefício, especialmente as mais humildes, portanto, não se refere a deixar de comprar ou descumprir a lei, mas, usar da criatividade para economizar. O **SR. PRESIDENTE** reiterou à Sra. Secretaria para concluir em um minuto. A **SRA. SECRETÁRIA DE SAÚDE**, referindo-se ao questionamento sobre convênios firmados, disse que se recordava apenas do CRESAMU. (Lei Nº 1694 de 02/04/2014). Informou que o recurso relativo à subvenção é repassado para a entidade filantrópica Santa Casa de Misericórdia Frederico Ozanan, entidade privada sem fins lucrativos, para manter o Pronto Atendimento. Prosseguindo com a ordem de reinscrição, o **SR. PRESIDENTE** concedeu a palavra aos Vereadores inscritos **VER. SÉRGIO DOS SANTOS** agradeceu a Sra. Secretária. **AVER^a. SANDRA REGINA DE ASSIS** também agradeceu a Sra. Secretaria, contudo, questionou sobre a Ouvidoria mencionada por ela. A **SRA. SECRETÁRIA DE SAÚDE** esclareceu o que é Ouvidoria da Saúde, acrescentando que, se a pessoa quiser, a própria Secretaria fornece um impresso, que pode ser levado para casa e, depois de protocolado, o caso é apurado e feita a devolutiva da conclusão. O **VER. PAULO ROBERTO DE FARIA** também agradeceu a Sra. Secretária. O **VER. CLAUDINEI JOSÉ DE OLIVEIRA** também agradeceu e reconheceu tratar-se de uma pasta complicada e que sempre comenta que as burocracias impostas pelos Governos Estadual e Federal piora a cada dia. Acrescentou que esta Casa de Leis dispõem de documentos sobre a decisão relativa aos partos, mencionando a parceria firmada com hospitais da região, em resposta à proposição apresentada e ele próprio expôs em tribuna e, quem quis ouvir e entender, ouviu e entendeu. Por fim, registrou que, independente de quem é o Secretário da pasta, está à disposição para ajudar, pois reconhece que, embora a pessoa disponha do melhor plano de saúde, acontecendo um problema, o primeiro atendimento é feito nesta cidade. O **VER. MÁRIO BARBOSA PINTO** esclareceu que o senhor mencionado por ele não foi à Secretaria de Saúde para realizar o exame, mas, constatar se estava agendado, tendo como resposta que ainda não havia vaga disponível. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE**



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 17

SAÚDE solicitou ao Vereador Mário que lhe traga o nome deste senhor, possibilitando-lhe o levantamento do motivo da demora e posterior devolutiva. O **VER. MÁRIO** também agradeceu a Sra. Secretária, esperando que o Governo enxergue Salesópolis como a maior potência de água, liberando recursos compensatórios para melhoria da saúde. O **VER. CRISTIAN LUIZ CANDELÁRIA** também agradeceu e colocou-se à disposição para fazer a leitura de documentos da Secretaria de Saúde, na tribuna desta Casa de Leis, a fim de esclarecer à população e, concluiu ressaltando que os Vereadores cobram, cumprindo o papel que lhes cabe, porque também são cobrados. A **VER^a. DEISE APARECIDA CORRÊA DUQUE** agradeceu e registrou que as perguntas feitas foram esclarecidas com sucesso, esperando não precisarem chamá-la novamente e concluindo, pediu desculpas pela forma com que as questões foram colocadas. O **VER. PAULO AROUCA SOBREIRA** solicitou à Secretária de Saúde que esclarecesse a definição de urgência e se vem através do Posto de Saúde ou da Santa Casa local. Acrescentou que, diante da informação prestada por ela, o paciente chega na UBS e, sem ser atendido, não é possível saber se há urgência. Disse ainda que, em havendo agendamento de vinte consultas já agendadas, portanto, não havendo vaga, questionou se ele deve passar pela Santa Casa e esta dar-lhe o encaminhamento ao especialista, questionando se, neste caso, a urgência deixou de existir, se o paciente morre ou como se conserta esta situação e, finalizou agradecendo-a e à sua equipe e demais presentes. A **SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** respondeu que a Unidade Básica de Saúde atende casos de rotina e alguns casos de necessidade do momento, como por exemplo, uma criança com febre há dois dias, porque se deu para esperar este tempo, deixou de ser urgência. Contudo, se uma criança está com trinta e nove graus de febre caracteriza urgência, assim como os casos de dor e, neste caso, a mãe deve procurar o Pronto Atendimento Municipal que, por sua vez, atenderá o problema da urgência, fazendo o diagnóstico. Citou também o exemplo de uma crise hipertensiva, cujo paciente deve procurar o Pronto Atendimento, mas, após estabilizado, o paciente é encaminhado à UBS para dar prosseguimento ao tratamento, pois, saindo da crise e estando medicado tem o tempo para agendamento. Enfatizou que não existe solicitação urgente advinda de médico de UBS, porque a palavra urgente significa agora e, se acontecer algo com o paciente, ele pode acionar judicialmente a Prefeitura Municipal, apenas pela palavra urgente que, procedendo da UBS, a guia não deve ser aceita pela Secretaria de Saúde, os quais devem definir prioridade e não urgência, pois, prioridade significa máxima rapidez possível. Comentou que já conversou sobre este fluxo com o responsável pelos médicos do Pronto Socorro, mas, é uma aresta que deve ser aparada, constantemente, entretanto, reiterou que dentro do consultório o médico é soberano. Acrescentou que estão acertando junto aos Médicos do Pronto Atendimento, que não lhes cabe pedir exame de rotina, pois, seu papel é atender a queixa aguda e, se encaminhar para o seguimento de saúde, outro médico solicitará o exame. O **VER. EDNEY CAMPOS DOS SANTOS** disse que trouxe vários questionamentos para serem feitos, mas, por serem comuns aos já apresentados no decorrer da sessão, apenas agradeceu a presença da Sra. Secretária pelas informações prestadas a todos. A **SRA. KARYN CRISTINA DE MIRANDA FONSECA CAMARGO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** agradeceu a oportunidade, dizendo esperar que esta Casa de Leis possa chamá-la para outras oportunidades, considerando importante esta aproximação. Enfatizou a importância de trabalhar com o máximo de transparência possível, certa de que, tanto ela quanto os Vereadores trabalham em prol da população e, no futuro, quando a situação da Área de Saúde de Salesópolis



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2014

FL. 18

estiver melhor, poderão sentir-se honrados em participar desta construção, enfatizando que é uma construção coletiva, porque sozinho ninguém faz nada. Considerou necessárias as críticas, porque se todos concordarem é porque algo está errado, mas, se as dificuldades forem pontuadas, é possível verificar também o que está certo. Em nome da Secretaria de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, cuja representante – Sra. Maura Almeida estava presente no plenário, enfatizou que o atual conselho luta para que se consiga garantir qualidade à saúde do município. Solicitou aos Vereadores que pontuem o que julgarem necessário, enfatizando que a Secretaria Municipal de Saúde está aberta às críticas e sugestões no objetivo de melhorar o serviço público. Agradeceu a oportunidade esperando ter esclarecido, da melhor maneira, mas, caso hajam outros questionamentos, disse que continua à disposição, ainda que não seja através de Requerimento, a fim de tratar as questões de modo coletivo. Não havendo mais oradores inscritos, o **SR. PRESIDENTE** agradeceu a Sra. Secretária Municipal de Saúde, enfatizando tratar-se de questões relevantes para o município, pois, todos os Vereadores são cobrados. Disse que se quiser acrescentar esclarecimentos, poderá enviar por escrito, se propondo a efetuar a leitura em sessão ordinária. Reiterou a convocação aos Vereadores, para a Sessão Extraordinária, no próximo dia vinte e quatro, às quatorze horas, em que o Sr. Prefeito Municipal foi convocado a prestar esclarecimentos acerca dos assuntos constantes nos Requerimentos N^{os} 25 e 45/14, respectivamente, de autoria dos Vereadores Sérgio dos Santos e Mário Barbosa Pinto. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus, declarou encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

Sala Ver. Antonio Paulino de Miranda Júnior, em 18 de Junho de 2014.

PRESIDENTE :

1º SECRETÁRIO :

2º SECRETÁRIO :

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE :

A Ata supra foi lida e _____ em Sessão Extraordinária, realizada em 24 de Junho de 2014.